

A RELEVÂNCIA DO PROJETO RESGATE PARA O ESTUDO DA MINAS GERAIS COLONIAL

Marilda Santana da Silva*

As comemorações oficiais em torno dos 500 anos de História do Brasil suscitam uma efervescência de momentos de reflexão e estudos sobre o processo de colonização do país. Em decorrência e talvez fortemente motivados pela proximidade do Quinto Centenário da chegada dos portugueses à América, várias parcerias e acordos foram estabelecidos nas últimas duas décadas do século XX, envolvendo órgãos e instituições federais e estaduais na ânsia de valorizar, ou mesmo resgatar, a história do nosso país.

Como parte dessas comemorações, o Ministério da Cultura com o Projeto Resgate Barão do Rio Branco está trazendo para o país a maior coleção de documentos sobre o período colonial, guardados, ainda hoje, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Este arquivo está subordinado ao Instituto de Investigação Científica e Tropical de Portugal e armazena o maior volume de documentos manuscritos – além de cartográficos e iconográficos – relativos às ex-colônias portuguesas. Criado em 1926 pelo governo português, teve como objetivo reunir, em

* Doutoranda em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 8/9	237-240	2001/2002
-----------------	---------------	--------	---------	-----------

um único local, os documentos relativos aos territórios ultramarinos que se encontravam dispersos em vários órgãos do Estado português.¹

A documentação referente à América Portuguesa compreende os documentos referentes às 20 capitanias brasileiras, desde meados do século XVI até os últimos despachos emitidos pela administração portuguesa em 1833. São mais de 300 mil documentos, alguns com mais de 150 folhas manuscritas, correspondendo a 85% do que deve existir em Portugal. Do total de documentos sobre o período colonial existente em outros arquivos e bibliotecas europeias, 80% encontram-se naquele país.

Um projeto deste porte representa um trabalho de grande fôlego e envergadura. Envolveu várias equipes e fases, desde o processo de identificação e datação dos documentos, passando pela organização e estabelecimento dos sumários à microfilmagem, até a confecção de CD-ROMs. A elaboração dos resumos e sumários exigiu dos pesquisadores uma leitura cuidadosa e paciente dos documentos, não dispensando conhecimentos específicos nas áreas da paleografia, da diplomática, da arquivística; e das histórias regional, local e nacional.

Os arquivos públicos, instituições históricas, universidades públicas e privadas e centros de pesquisas regionais estão tendo acesso à documentação correspondente a seu Estado.

Este curto texto visa a divulgar e estimular a consulta ao fundo documental referente à Capitania de Minas Gerais pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa. Esta documentação já está disponível para consulta e pesquisa na biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.²

¹ Este monumental acervo é formado, fundamentalmente, pela documentação proveniente da extinta Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, à qual se somou outra parte oriunda do denominado “Arquivo do Ministério das Colônias”.

² Agradeço a coordenadora técnica do Projeto Resgate Esther Caldas Bertolotti pela generosa doação de 54 CD-ROMs do fundo documental da antiga Capitania de Minas Gerais para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

A catalogação dos documentos referente à capitania de Minas Gerais, que teve início em 1989, contou com o apoio de várias instituições de pesquisa como o CNPq, a Fapemig e a PUC-MG, que financiaram diferentes fases da pesquisa, tornando possível a catalogação de 15 mil “dossiês” ou documentos avulsos relativos à Minas Gerais colonial.³

A documentação, na essência, expressa e materializa as relações político-administrativas da Metrópole com a Capitania, ou seja, trata da correspondência trocada entre a administração central, em Lisboa, e a administração da e na Capitania, em suas multifacetadas: judiciária, militar, eclesiástica, fazendária, de pessoal, e governação propriamente dita.

Pela tipologia dos documentos já se pode deduzir a sua natureza. Seu conteúdo compreende, na grande maioria, a documentação da rotina burocrática de vários órgãos metropolitanos, mais especificamente voltada para a administração do Ultramar português, como por exemplo: o Desembargo do Paço, a Casa da Índia, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Ultramarino (órgão criado em 1642, o qual desempenhou sua função até as primeiras décadas do século XVIII) e, por fim, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (órgão hegemônico do Ultramar português, criado em 1736).⁴

³ É necessário destacar que a organização dos manuscritos avulsos da Capitania de Minas Gerais nasceu da vontade pessoal do professor Caio César Boschi, que na década de setenta, ao tomar contato com os acervos arquivísticos portugueses sentiu a necessidade de torná-los mais conhecidos dos estudiosos da história brasileira. Diferentemente de outras capitanias como Bahia e Rio de Janeiro, que já tinham parte expressiva do seu fundo documental organizado, catalogado e publicado, os manuscritos relativos a Minas Gerais, como bem destacou Caio César Boschi, “não tinham merecido idêntico tratamento técnico”. O trabalho coordenado pelo historiador contou com uma ampla e diversificada equipe, composta por profissionais nas áreas de História, de Documentação, de Língua Portuguesa e de Informática. Ver sobre o assunto a apresentação do *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, Belo Horizonte, Ed Fundação João Pinheiro, 1998.

⁴ Ressalto, entretanto, que este fundo documental representa apenas uma parte do universo dos documentos produzidos por estas instituições.

Como se vê, em sua maioria, tratam-se de documentos, como bem destacou Caio César Boschi, que “dão vida e suporte às pesquisas mais voltadas para as histórias políticas-administrativas, das instituições, e a história militar e diplomática”; não excluindo, contudo, outros tipos de abordagens historiográficas. Alguns documentos revelam importantes traços das demarcações indígenas e dos antigos quilombos, outros guardam aspectos importantes da vida particular da sociedade da época, como por exemplo: pedidos de moradores das freguesias de Minas para irem ao Reino com seus familiares, requerimentos pedindo licença para transportar escravos e cargas da cidade do Rio de Janeiro para a Capitania, cartas de representantes de irmandades leigas solicitando auxílios financeiros para as festividades sacras do ano, dentre outros.

Desta forma, os manuscritos são fontes documentais, que também revelam traços das vivências e dos costumes dos moradores da Minas Gerais colonial. Para uma simples transferência de comerciantes entre as capitanias, ou até mesmo para o reconhecimento de filhos ilegítimos, por exemplo, era preciso autorização do Rei. A metrópole sabia onde as pessoas moravam, quanto ganhavam, os livros que liam, as áreas plantadas e os rebanhos que possuíam. A estrutura político-administrativa da Colônia era rígida, tudo era discutido e decidido em Lisboa; os requerimentos eram analisados pelos membros do Conselho Ultramarino, que, muitas vezes, pediam novos detalhes às autoridades na América portuguesa.

A documentação dos manuscritos avulsos relativos à Minas Gerais colonial está, portanto, disponível na biblioteca do IFCH em sua forma original e completa. É possível, assim, ter uma visão mais ampla do fundo arquivístico em questão. Espera-se que alguns equívocos historiográficos concernentes às estruturas político-administrativas e à atuação dos órgãos do Estado portugueses possam ser revistos, podendo surgir um delineamento mais nítido da dinâmica social e administrativa da Capitania.